



MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Emitente: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ECOPORANGA

Gestor responsável: ANA LÚCIA ALVES PEREIRA

Exercício: 2018

1. RELATÓRIO

1.1 Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Processos /documentos Administrativos analisados	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis e orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	- DEMCPA - Listagem de empenho	12 meses (incluído 13º) Montante de R\$ 1.083.829,51 (um milhão, oitenta e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos)	12 meses (incluído 13º) Montante de R\$ 1.083.829,51 (um milhão, oitenta e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos)
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias – parte patronal	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	- DEMCPA - Listagem de empenho	12 meses (incluído 13º) Montante de R\$ 1.083.829,51 (um milhão, oitenta e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos)	12 meses (incluído 13º) Montante de R\$ 1.083.829,51 (um milhão, oitenta e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	-DEMCE - Listagem de Pagamentos	12 meses (incluído 13º) Montante de R\$ 425.059,40 (quatrocentos e vinte e cinco mil, cinquenta e nove reais e quarenta centavos)	12 meses (incluído 13º) Montante de R\$ 425.059,40 (quatrocentos e vinte e cinco mil, cinquenta e nove reais e quarenta centavos)
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis, registro contábil compatibilidade com inventário.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	BALPAT INVMOV INVMO INVALM INVINT	Bens em estoque (almoxarifado) R\$ 332.248,70 (trezentos e trinta e dois mil, duzentos e quarenta e oito reais e setenta centavos) Bens Móveis R\$ 2.526.778,47 (dois milhões, quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos).	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque – almoxarifado, compatíveis ao INVALM, que apresenta o saldo de R\$ 332.248,70 (trezentos e trinta e dois mil, duzentos e quarenta e oito reais e setenta centavos) As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis, compatíveis ao INVMOV, que apresenta o saldo de R\$ 2.526.778,47 (dois milhões, quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e setenta e oito reais e setecentos e setenta e oito reais e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

									quarenta e sete centavos).
									As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens imóveis, compatíveis ao INVIMO que apresenta o saldo de R\$ 1.124.499,50 (um milhão, cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos)
									As demonstrações contábeis estão compatíveis ao INVINT que não apresenta valores a dedarar.
1.3.3	Disponibilidades financeiras, depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º do art. 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	as instituições financeiras em TVDISP	EXTBAN BALPAT BALFIN TVDISP	Possui 29 contas bancárias distribuídas em 3 (três) instituições financeiras, quais sejam: BANCO DO BRASIL – 23 (vinte e três) contas com um montante de R\$ 4.230.339,34 (quatro milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e trinta e quatro centavos). BANESTES – 05 (cinco) contas com um montante de R\$ 866.453,41 (oitocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e um centavos). CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – 1 (uma) conta que não dispõe de saldo em 31/12.			BANCO DO BRASIL – 23 (vinte e três) contas com um montante de R\$ 4.230.339,34 (quatro milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos). BANESTES – 05 (cinco) contas com um montante de R\$ 866.453,41 (oitocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e um centavos). CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – 1 (uma) conta que não dispõe de saldo em 31/12.
1.3.4	Disponibilidades financeiras, depósito e aplicação	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras	as instituições financeiras	EXTBAN BALPAT BALFIN TVDISP	Possui 29 contas bancárias distribuídas em 3 (três) instituições financeiras, quais sejam: BANCO DO BRASIL – 23 (vinte e três) contas com um montante de R\$			Montante de R\$ 5.096.792,75 (cinco milhões, noventa e seis mil, setecentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos), distribuídos da seguinte forma: BANCO DO BRASIL – 23 (vinte e três) contas com um montante de R\$ 4.230.339,34 (quatro milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos). BANESTES – 05 (cinco) contas com um montante de R\$ 866.453,41 (oitocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e um centavos). CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – 1 conta que não dispõe de saldo em 31/12.
									Montante de R\$ 5.096.792,75 (cinco milhões, noventa e seis mil, setecentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos), distribuídos da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar de documentos integrantes da PCA estão com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.		4.230.339,34 (quatro milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e nove reais e trinta e quatro centavos). BANESTES - 05 (cinco) contas com um montante de R\$ 866.453,41 (oitocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e um centavos). CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - 1 conta que não dispõe de saldo em 31/12.	BANCO DO BRASIL - 23 (vinte e três) contas com um montante de R\$ 4.230.339,34 (quatro milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e nove reais e trinta e quatro centavos). BANESTES - 05 (cinco) contas com um montante de R\$ 866.453,41 (oitocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e um centavos). CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - 1 conta que não dispõe de saldo em 31/12.
1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar de documentos integrantes da PCA estão com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Processo 2.714/2019	IN TC 43/2017 Anexo III, B - Contas Dos Ordenadores De Despesas Das Administrações Diretas E Indiretas Dos Poderes Executivos Municipais, Exceto Institutos Próprios De Previdência Social.	Os documentos apresentados estão em conformidade com a IN TC 43/2017 Anexo III, B - Contas Dos Ordenadores De Despesas Das Administrações Diretas E Indiretas Dos Poderes Executivos Municipais, Exceto Institutos Próprios De Previdência Social.	
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	- LDO - Lei Municipal N°. 1.839, de 10 de julho de 2017. - LOA - Lei Municipal N°. 1.860, de 15 de dezembro de 2017. - Lei Municipal N°. 1.884, de 05 de abril de 2018.	R\$ 1.695.734,94 (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos)	R\$ 1.695.734,94 (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos)	
2.2.35	Despesa – subvenção social.	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu ao disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	- Lei Municipal N°. 1.884, de 05 de abril de 2018.	R\$ 1.695.734,94 (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos)	R\$ 1.695.734,94 (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos)	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	– CRFB/88, art. 100. / Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	– art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	BALPAT DEMDIFD	A UG não possui passivos contingentes.	Não se aplica.
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	– CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	– art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecendo as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	BALPAT DEMDIFD	A UG não possui passivos contingentes.	Não se aplica.
2.4.1	Transferências voluntárias – exigências	– LC 101/2000, art. 25, § 1º.	– art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	DEMFA DEMVAP	A UG não realizou transferências voluntárias para outro Ente da Federação.	Não se aplica.
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	– CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	– art. 40. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	DEMCSE DEMCPA FOLRGP FOLRPP	Patronal – R\$ 1.083.829,51 (um milhão, oitenta e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos) Retidos do Servidor – R\$ 425.059,40 (quatrocentos e vinte e cinco mil, cinquenta e nove reais e quarenta centavos).	Patronal – R\$ 1.083.829,51 (um milhão, oitenta e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos) Retidos do Servidor – R\$ 425.059,40 (quatrocentos e vinte e cinco mil, cinquenta e nove reais e quarenta centavos).
2.6.3	Pessoal contratação por tempo determinado	– CRFB/88, art. 37, inciso IX	– art. 37, inciso IX	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de interesse público.	Lei Municipal 1.886 de 18 de maio de 2018.	Lei Municipal 1.886 de 18 de maio de 2018.	Art. 1º



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECOPORANGA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

1.2 Constatações e proposições

Dos procedimentos de controle realizados por essa unidade executora do controle interno, não foram detectadas inconsistências.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade da Sr.^a. Ana Lúcia Alves Pereira, ordenadora de despesas do Fundo Municipal de Saúde de Ecoporanga, relativa ao exercício de 2018.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1.1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra **regular**

Ecoporanga/ES, 26 de março de 2019.

CLAUDINEIA
RODRIGUES:10521735785

Assinado digitalmente por
CLAUDINEIA
RODRIGUES:10521735785
Data: 2019.03.26 10:15:15
-0300

CLAUDINEIA RODRIGUES
Controladora Geral do Município
Decreto 6.001/2017